

PATRIMÔNIO MCASP
FINANÇAS PÚBLICAS
LRF DESPESAS
CONTRATOS MATERIAL CONSUMO
CONTABILIDADE PÚBLICA
RELATÓRIO GOVERNO FEDERAL MCASP ORÇAMENTO BENS
MCASP FINANÇAS PÚBLICAS PAT
BENS CONTRATOS DESP
MATERIAL CONSUMO GOVERNO FEDI
CONTABILIDADE PÚBLICA DESPESAS ORÇAMENTO MCASP
ERAL DESPESAS LRF PATRIMÔNIO
RELATÓRIO



Relatório Mensal de Execução e Controle

Contábil, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

RMEC
RELATÓRIO MENSAL
DE EXECUÇÃO E CONTROLE
Contábil, Orçamentário, Financeiro.
e Patrimonial.

Abril a Junho
de 2016

João Pessoa, julho de 2016.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca do IFPB, *campus* João Pessoa.

I597 Instituto Federal da Paraíba – campus João Pessoa.
Departamento de Orçamento de Finanças. Coordenação de
Contabilidade.

Relatório mensal de execução e controle contábil,
orçamentário, financeiro e patrimonial – do campus João
Pessoa / Kleber C. Marques Neto (organização). – 2016.

Trimestral: abril a junho

1. Contabilidade Pública. 2. Orçamento e Finanças 3.
Transparência do Gasto.

CDU 657



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

DIRETOR GERAL

Neilor Cesar dos Santos

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Maria Cleidenédia de Moraes Oliveira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Josué Santos Silva

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Josivan Couras Bezerra Silva

COORDENAÇÃO DA CONTABILIDADE

Kleber C. Marques Neto

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E EFICIÊNCIA DO GASTO

Nilma Maria Fernandes

COORDENAÇÃO DE DIÁRIAS

Kolmar Kafran

EQUIPE TÉCNICA

Helena Lima de Moura – Orçamento

Josivan Couras Bezerra Silva – Execução Financeira

Josué Santos Silva – Execução Financeira

Kleber C. Marques Neto – Contabilidade

Kolmar Kafran – Diárias

Luciano Oliveira Sousa – Contabilidade

Nilma Maria Fernandes – Orçamento

ORGANIZAÇÃO, EDIÇÃO E ELABORAÇÃO

Kleber C. Marques Neto

CAPA

José Nivaldo Fonseca Junior – Programador Visual do IFRN



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Sumário

I.	Apresentação	5
	Macro fluxo da Despesa Pública.	6
	1. Situação Orçamentária Resumida	7
	2. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação	9
	3. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação e Plano Interno.....	10
	4. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa	10
	5. Despesas Liquidadas a Pagar.....	12
	6. Bens Imóveis.....	14
	7. Contratos.....	15
	8. Bens Móveis	17
	9. Material de Consumo	17
	10. Avaliação dos Restos a Pagar	17
	11. Reconhecimento de Passivos	22
	12. Diárias.....	23
	13. Conformidade Contábil	23
	14. Conformidade de Gestão	25
	15. Base Legal	27
II.	Anexos.....	28



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

I. Apresentação

O Campus João Pessoa do IFPB tem a maior representatividade orçamentária do órgão, no Estado da Paraíba e desde 2011, esse campus trabalha formas para fornecer mais transparência, eficiência e incentivar a participação da comunidade interna a acompanhar a gestão do orçamento e dos gastos ocorridos na unidade. Dentro desse processo, a partir de 2012 que o DOF – Departamento de Orçamento e Finanças em conjunto com as Coordenações de Planejamento e de Contabilidade efetua ações pontuais que tem como maior desafio tentar aproximar as Demonstrações Contábeis a realidade da situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

Já em 2015, com a implantação de um "Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público" que tem como objetivo convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as mudanças implementadas pelo Tesouro Nacional, a contabilidade pública passa a seguir os padrões internacionais, onde, o objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, deixando de lado o padrão histórico, onde o foco era o orçamento público. Foi quando idealizamos o RMEC (Relatório Mensal de Execução e Controle), no início o relatório era de publicação mensal, e passou a publicações trimestrais. O RMEC tem como principais objetivos:

- a) Evidenciar para os gestores, para sociedade e demais usuários internos ou externos, a realidade contábil, patrimonial, orçamentária e financeira da Instituição, através de relatórios periódicos com transparência e efetividade, auxiliando a boa governança e a gestão dos recursos públicos.
- b) Zelar pela aplicação efetiva dos Princípios Contábeis, do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, das NBCASP – Normas Brasileiras de Contratilidade Aplicada ao Setor Público, e das demais legislações e normas que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no País.
- c) Assessorar a Gestão do Campus João Pessoa com informações sobre a realidade contábil, patrimonial, orçamentária e financeira, para facilitar a tomada de decisões.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Macro fluxo da Despesa Pública.

Trazemos abaixo, de forma gráfica e por tons de cores, o fluxo da despesa pública na instituição. Separamos por cores para facilitar o entendimento do leitor.

Azul: *Fase Processual/ subjetiva* – Pode variar de acordo com a instituição. Onde cada instituição é responsável por elaborar o seu respectivo planejamento interno e o fluxo processual dos pedidos de compras/serviços.

Verde: *Fase Processual / legal* – Essa fase existe em todas as instituições, por se tratar de um procedimento exigido pela legislação brasileira para se efetuar gastos públicos. De acordo com a instituição, pode haver variações no fluxo interno de cada subfase.

Amarelo: *Fase Processual / legal* – Essa fase existe em todas as instituições, por se tratar de um procedimento exigido pela legislação brasileira para se efetuar gastos públicos. Requer mais atenção por parte dos servidores que trabalham diretamente no processo e do ordenador de despesas.

Laranja: *Fase Processual / Legal* – Essa fase existe em todas as instituições, por se tratar de um procedimento exigido pela legislação brasileira para se efetuar gastos públicos. A fase de controle está presente em todo o fluxo processual, podendo ocorrer no início do processo, durante ou ao final, como é mais comum.





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

1. Situação Orçamentária Resumida

Apresentamos aqui, de forma resumida como está à situação da execução orçamentaria da unidade. A seguir conceituaremos cada item apresentado.

Provisão recebida: Valores referentes aos créditos orçamentários, autorizados por Lei e recebidos pela unidade gestora (campus) até o momento.

Provisão Concedida: Valores referentes aos créditos orçamentários, autorizados por Lei e recebidos pela unidade gestora (campus) e repassado a outra unidade gestora (Campus).

Crédito disponível: Representam os valores dos créditos orçamentários que ainda não foram alocados/comprometidos.

Despesas Pré-empenhadas: É o registro do crédito orçamentário pré-compromissado, para atender objetivo específico, nos casos em que a despesa ainda será realizada.

Despesas empenhadas: Valores dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, do total que foi recebido através de provisão.

Despesas empenhadas a liquidar: Valores dos créditos orçamentários comprometidos (empenhados) no exercício, mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

Despesas liquidadas a pagar: Representa o valor dos créditos orçamentários que estão aguardando a chegada de recursos financeiros para pagamento de fornecedores de bens ou serviços.

Despesas Pagas: Valores efetivamente pagos no exercício.

Restos a pagar não Processados Inscritos: Valor dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, porém refere-se à despesa do exercício do ano anterior, mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

Restos a pagar não processados reinscritos: Valores dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, porém refere-se à despesa do exercício de anos anteriores a 2015, mas que ainda não foram pagas porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

O orçamento previsto para o exercício 2016 para o campus João Pessoa é de **R\$ 24.152.484** dividido nas seguintes ações.

As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros. As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

As ações são específicas, não sendo permitido o remanejamento de recursos entre elas. Dessa forma, os recursos recebidos em determinada ação de governo, caso não sejam aplicados na totalidade, serão devolvidos antes do fim do exercício. Da mesma forma, se uma ação for mal dimensionada e faltar recursos no decorrer do exercício, não será possível a utilização de recurso de outra ação.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Descrição: Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional

Descrição: Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e o bom desempenho do estudante.

Ação 4572 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional

Descrição: Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnico-Administrativo, etc.), oportunidade de capacitação, visando à melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional implementada diretamente pela unidade responsável pelo desenvolvimento da ação.

Segundo a coordenação de orçamento, o IFPB recebeu o crédito orçamentário após a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA e foi descentralizado pelo MEC – Ministério da Educação. O orçamento previsto para o exercício 2016 está dividido nas seguintes ações:

Código da Ação	Valor Aprovado para IFPB – Campus João Pessoa	% em relação ao Total
20RL	17.443.509	72%
4572	906.469	4%
2994	5.802.506	24%
Total	24.152.484	100%



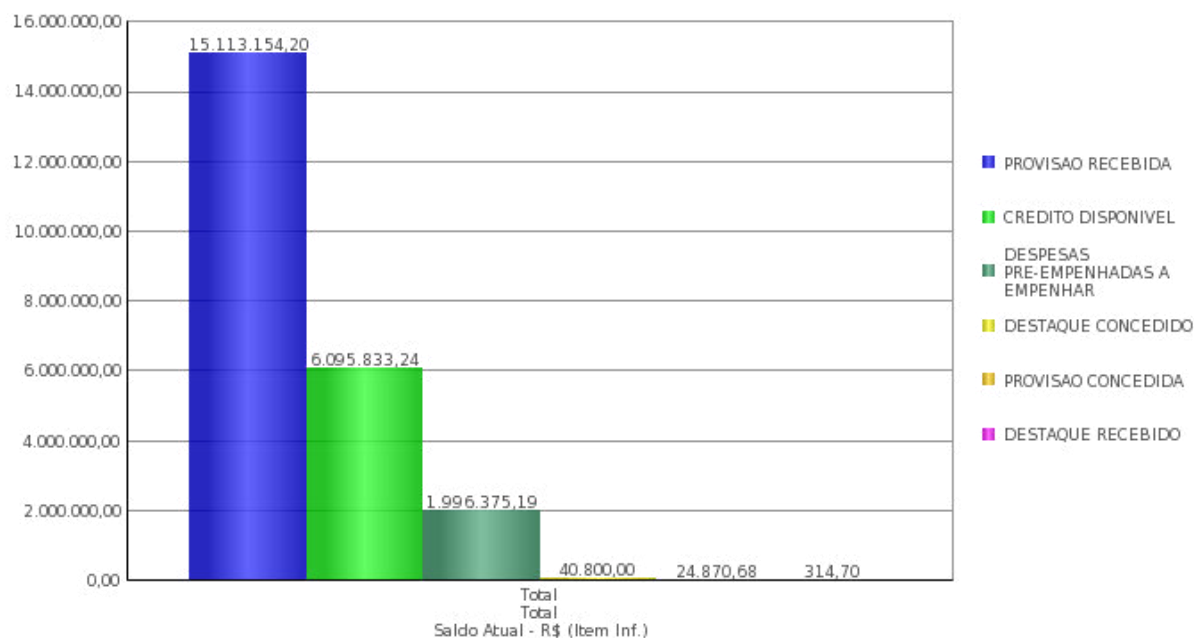
Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Devido à crise que o Brasil está passando, como também pelos normativos publicados para ajustes no orçamento, orientando gastos, pagamentos, contratações e despesas em geral e no intuito de diminuir o impacto da dívida pública. Podemos citar:

- Decreto 8.540 de 09/10/2015 que estabeleceu medidas de racionalização do gasto público, solicitando redução de 20% dos contratos;
- Decreto 8.670 de 12/02/2016 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, inclusive estabelecendo o cronograma mensal de desembolso.
- Portaria nº 67 de 01/03/2016 – MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os limites de gastos no Governo Federal e outras providências.

Diante do exposto, ainda estamos na confirmação dos percentuais de cortes tomando como base o valor de R\$ 24.152.484,00, visto que recebemos os valores parcelados, não tendo recebido o crédito orçamentário total para o exercício de 2016.

0. Situação Orcamentaria 2016



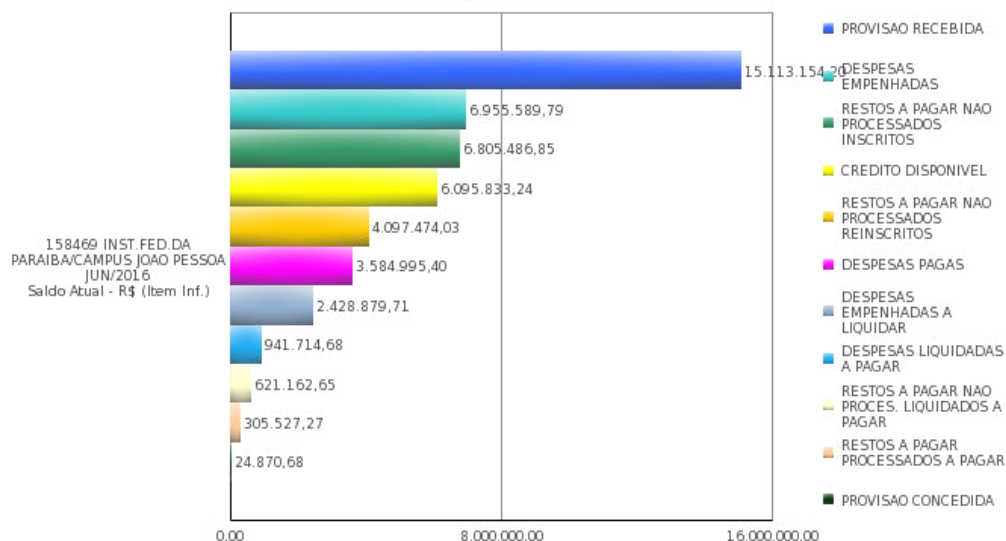
2. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação

De forma consolidada, observam-se todas as ações executadas no campus durante esse exercício, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

0. Situação Orcamentaria



Ação Governo	PROVISAO RECEBIDA	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS PRE-EMPENHADAS A EMPENHAR	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
20RL	9.482.050,25	3.527.637,66	1.973.940,29	3.980.472,30	253.043,20	1.807.501,94
20RW	210.120,95	1.036,00	0,00	209.084,95	91.890,00	116.987,75
2994	4.653.251,00	2.032.805,49		2.620.445,51	594.645,00	1.631.190,34
4572	767.732,00	534.354,09	22.434,90	145.587,03	2.136,48	29.315,37
Total	15.113.154,20	6.095.833,24	1.996.375,19	6.955.589,79	941.714,68	3.584.995,40

3. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação e Plano Interno.

De forma detalhada por Ação e Plano Interno, observam-se todas as ações executadas em nosso campus no durante o exercício, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas. Com detalhes para os PI – Planos Internos.

O Plano Interno é um instrumento de planejamento, que permite o detalhamento pormenorizado de dotações orçamentárias para atender ao acompanhamento gerencial interno da execução orçamentária de uma programação. A relação completa dos gastos é apresentada nos anexos. Vide relatório detalhado nos anexos.

4. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa

De forma detalhada, por Ação e Natureza da Despesa, observam-se todas as ações executadas em nosso campus no durante o exercício, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas. A despesa, assim como a receita, é classificada em duas Categorias Econômicas, com os seguintes códigos:



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

– **3. Despesas Correntes:** Classifica-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

– **4. Despesas de Capital:** Classifica-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Temos ainda o *Grupo da Natureza da Despesa (GND)* que é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Nas ações executadas, no campus, temos apenas os *Grupos 3 - Outras Despesas Correntes e 4 – Investimentos*.

Outras Despesas Correntes: Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Investimentos: Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Vide relatório detalhado nos anexos.

Atualmente, um dos gastos mais relevantes da instituição são os gastos da **Ação de Governo com a assistência ao estudante**, que chegam à casa dos 24% do orçamento total anual da instituição. No Campus João Pessoa, a maioria desses auxílios são transferências de recursos financeiros diretamente ao aluno.

Diante da representatividade do valor, não poderíamos deixar de acompanhar os resultados atingidos com a realização desses gastos e apresentaremos de forma gráfica, assim como também em planilhas, nos anexos, como estão distribuídos os gastos efetivamente pagos, com a Ação de assistência estudantil no campus João Pessoa:

Tipo de Auxílio	Valor Total Pago - R\$
AUXILIO ALIMENTACAO	949.927,00
AUXILIO TRANSPORTE	361.213,00
AUXILIO MORADIA	198.069,92
BOLSA DO PROEJA	67.703,00
BOLSA EXTENSAO ESTUDANTES (PROBEXT)	18.800,00
BOLSA DE MONITORIA	13.800,00
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	10.424,92
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	5.862,50
BOLSA PESQUISA ESTUDANTES (PIBICT)	3.500,00
PAGAMENTO AJUDA DE CUSTO - BOLSA ALUNOS EAD	1.890,00
Total	1.631.190,34

Solicitamos ao DAE – Departamento de Assistência Estudantil, em out/2015, através do memorando nº167 /DAP/DOFCCONT/ e através do memorando nº 185 DAP/DOF/CCONT, em 05/nov/2015 que mensalmente, a CCONT deveria ser informada de quantos alunos são beneficiados com os auxílios pagos pelo IFPB – Campus João Pessoa. Naquela oportunidade também foi informado o que determina o artigo 26, da Lei 10.180/2001, que nenhum documento poderá ser sonegado aos servidores do Sistema Federal de Contabilidade, no exercício de sua profissão. Mas até o encerramento dessa edição a Coordenação de

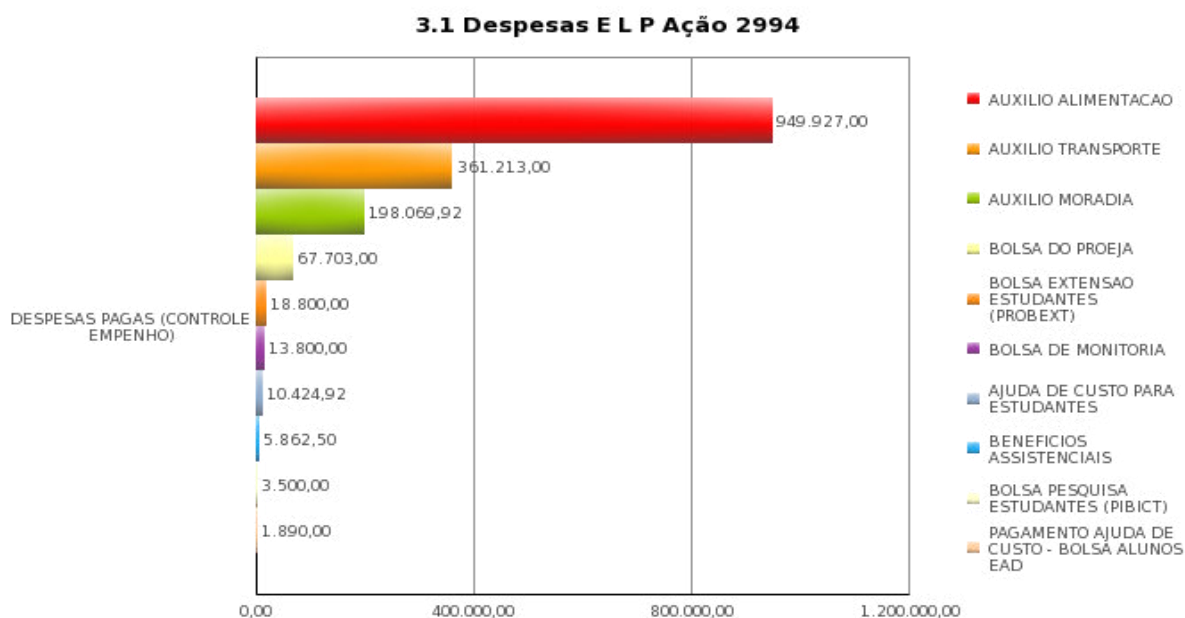


Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Contabilidade não recebeu as informações referentes ao exercício de 2016 e nem ao encerramento do exercício de 2015.

Essas informações são de extrema importância para apurar os custos, a eficiência e eficácia do gasto público nessa ação.

Tipo de Auxílio	Quantidade de Alunos Atendidos
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	Não informado pelo DAE
AUXILIO TRANSPORTE	Não informado pelo DAE
AUXILIO MORADIA	Não informado pelo DAE
BOLSA DO PROEJA	Não informado pelo DAE
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	Não informado pelo DAE
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	Não informado pelo DAE
Total	Não informado pelo DAE



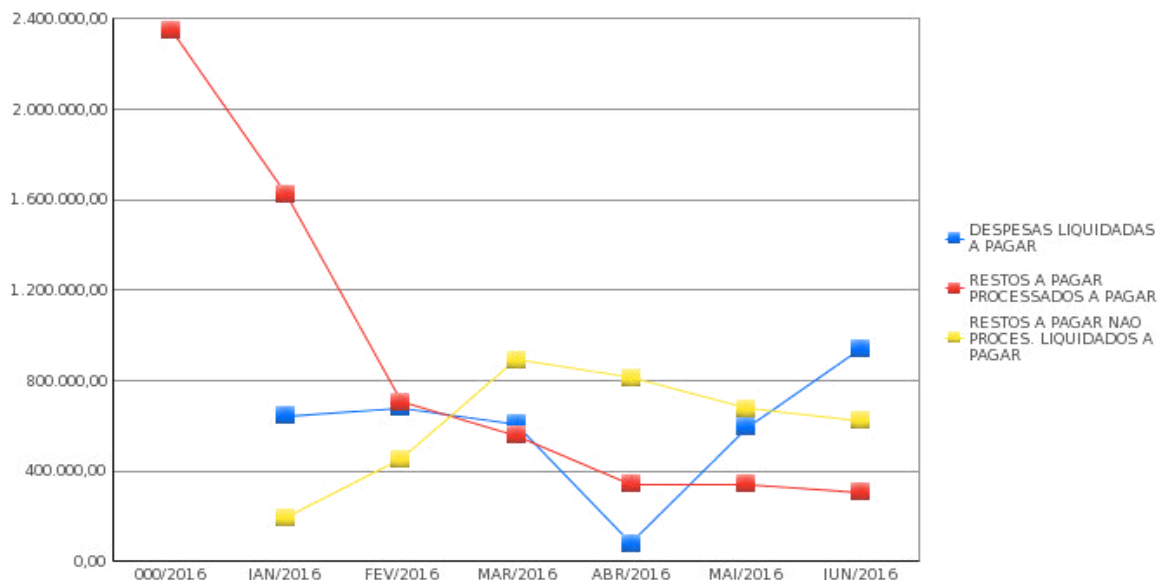
5. Despesas Liquidadas a Pagar

Apresenta uma relação de despesas do exercício e de restos a pagar, detalhadas por ação de governo, que estão aptas a pagamento (liquidadas) e não foram pagas por falta de repasse de recursos financeiros, representa o endividamento em curto prazo da instituição.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

4. Despesas Liquidadas a Pagar



Mês Lançamento	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCES. LIQUIDADOS A PAGAR	Total
000/2016		2.343.710,69		2.343.710,69
JAN/2016	640.070,05	1.621.036,07	194.077,69	2.455.183,81
FEV/2016	680.296,24	703.223,68	451.746,95	1.835.266,87
MAR/2016	605.520,38	554.401,40	891.038,76	2.050.960,54
ABR/2016	78.028,11	340.608,61	810.572,55	1.229.209,27
MAI/2016	594.306,98	340.608,61	675.234,46	1.610.150,05
JUN/2016	941.714,68	305.527,27	621.162,65	1.868.404,60
Total	3.539.936,44	6.209.116,33	3.643.833,06	13.392.885,83

Os valores relacionados no campo “Mês 00/2016” refere-se à virada do exercício, ou seja, a instituição virou o exercício 2015/2016 com R\$ 2,3 milhões de Reais em valores a pagar que estavam aguardando recursos financeiros.

Análise do Gráfico - Despesas liquidadas a pagar.

Linha Vermelha: Refere-se à dívida de curtíssimo prazo que a instituição possui, são valores liquidados no exercício anterior e que não foram pagos por falta de repasse financeiro. Ou seja, o fornecedor já entregou o material/ prestou o serviço e ainda não recebeu por isso.

Linha Amarela: Refere-se aos empenhos inscritos em restos a pagar, que independe da execução orçamentária e financeira do exercício, e com o passar dos meses é apresentado para pagamento. Esses valores interferem diretamente no fluxo de caixa da instituição, visto que não depende da vontade do gestor a apresentação para pagamento desses passivos financeiros.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Linha Azul: Refere-se à dívida do ano em curso, são os valores liquidados no exercício e não foram pagos por falta de repasse financeiro. Ou seja, o fornecedor já entregou o material/ prestou o serviço e ainda não recebeu por isso.

6. Bens Imóveis

Apresenta a relação das contas contábeis de controle, onde estão contabilizados os imóveis, de responsabilidade dessa instituição assim como as obras em andamento no Campus,

Considerando a reunião em realizada em 05 de março de 2015, entre a PRA – Pró Reitoria de Administração, Contabilidade da Reitoria, DAP JP – Diretoria de Administração e Planejamento e a Contabilidade do Campus João Pessoa, onde tratou-se das baixas de obras em aberto no campus João Pessoa;

Considerando que o foco na Contabilidade Patrimonial é uma realidade, e que cada vez mais, devemos nos esforçar para emitir Demonstrações Contábeis que espelhem realidade institucional.

Considerando o cumprimento às recomendações dos órgãos de controle (como por exemplo, os acórdãos TCU 1464/2015; 053/2015; 052/2015), das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e ao MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

Entendemos que as baixas realizadas no processo 23326.0030.2015-66, referente às baixas das obras em aberto, foram bem-vindas, porém, o procedimento não fora executado consoante às normas brasileiras vigentes. Observa-se que os valores baixados não foram incorporados ao patrimônio do Campus João Pessoa, então, acreditamos que o procedimento correto para a baixa deveria ter sido:

- a. transferir o saldo contábil para o campus onde se encontra a obra;
- b. baixar a obra com as conta contábeis do campus de destino.

Observando o Balanço Patrimonial do Campus João Pessoa, percebemos que a falta desse procedimento ocasionou uma falsa perda patrimonial, com o aumento do saldo da conta Ajustes de exercícios anteriores. Esse mesmo procedimento fora executado para todas as obras que estavam registradas no balanço do Campus João Pessoa, mas que não eram da responsabilidade dessa unidade, o resultado foi um impacto patrimonial de R\$ 12.751.398,00 (*doze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e noventa e oito reais*). Diante do exposto, encaminhamos o processo para conhecimento da Direção e colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos, caso fosse que se fizerem necessários.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Conta Contábil		Conta Corrente	Saldo Atual - R\$
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210107	2051000545002	53.121.549,22
		Total	53.121.549,22
= EDIFICIOS	123210202	999	0,00
		IM0032010	0,00
		IM0902008	0,00
		Total	0,00
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210207	999	0,00
		Total	0,00
= OBRAS EM ANDAMENTO	123210601	999	244.446,35
		IM0642009	1.294.751,75
		IMIFPB001	648.112,14
		Total	2.187.310,24
= ESTUDOS E PROJETOS	123210605	999	605.366,36
		Total	605.366,36
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	123810200	123210107	(165.096,76)
		Total	(165.096,76)
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	461110200	SEM INFORMACAO	12.227.158,47
		Total	12.227.158,47
Total			67.976.287,53

Mensalmente a Coordenação da Contabilidade deveria receber da Coordenação de Patrimônio um relatório emitido pelo sistema de controle patrimonial (SUAP) e pelo Spiunet, com os valores registrados de cada imóvel de responsabilidade da unidade. Mas o sistema de controle patrimonial (SUAP), até o momento, não é capaz de emitir esse tipo de informação. Passamos a receber apenas o relatório do spiunet.

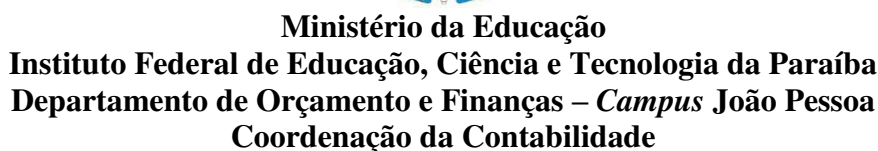
A falta dessa informação vem de encontro às boas práticas orientadas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por isso, devem ser registradas na Conformidade Contábil mensal da unidade e ao final do exercício apontadas no Relatório de Gestão do Órgão.

7. Contratos

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos contratos em execução no Campus João Pessoa. Nessas contas deveríamos observar a movimentação dos contratos em vigor no Campus. Porém, como pode ser observado, comparando com os relatórios anteriores, o saldo se manteve estável durante todo o exercício de 2015 e no segundo trimestre de 2016.

Observa-se, ainda, a existência de contratos encerrados e que ainda constam nessa relação como vigentes, assim como podemos observar a ausência de contratos que estão em execução e não constam nos registros contábeis.

A Coordenação de Contabilidade já fez várias ações na tentativa de regularizar a situação, como por exemplo, através de memorandos (050/2015, 026/2015 e 02/2015), que solicitou a Coordenação de Contratos e Convênios que se pronunciasse com relação aos contratos que já foram encerrados e aos contratos que não estão contabilizados no SIAFI para que, de posse dessa informação, a Contabilidade possa proceder com as baixas/ registros desses contratos. Também foi recomendado que a Coordenação



No exercício de 2016, a Coordenação de Contabilidade tornou a solicitar as informações, através do Processo 23326.001909.2016-83 de 09 de março de 2016 e visando facilitar a coleta das informações necessárias ao registro contábil dos contratos a Coordenação de Contabilidade elaborou um formulário que foi encaminhado a Coordenação de Contratos para preenchimento. O processo ainda está tramitando, enquanto isso, continuamos aguardando as informações daquele setor.

EMPRESA / CONTRATO			
OBJETO DO CONTRATO			
CNPJ	Valor Total R\$	Data de início	Data de Término
Saldo em R\$ das Parcelas a Vencer em 2016	Valor das Parcelas em R\$	Número de parcelas em aberto	Número de parcelas Pagas

Situação do Contrato:

Contrato foi cadastrado no SIASG?

As medições/cronogramas foram lançadas no SIASG?

VIGENTE ()

SIM ()

SIM ()

ENCERRADO ()

NÃO ()

NÃO ()

Com base nas informações acima, solicitamos a Coordenação de Contabilidade que proceda ao seguinte registro conforme assinalado abaixo:

ASSINATURA DE CONTRATOS		REGISTRO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE DESPESA	
REGISTRO DA BAIXA DE CONTRATO DE DESPESA		ASSINATURA DE CONTRATOS DE RECEITA	
REGISTRO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE RECEITA		REGISTRO DA BAIXA DE CONTRATO DE RECEITA	

Estaremos à disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Informamos que toda a documentação que amparam essas informações estão sob a guarda da Coordenação de Contratos, e disponibilizaremos caso seja necessário.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

A falta dessa informação vem de encontro às boas práticas orientadas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por isso, devem ser registradas na Conformidade Contábil mensal da unidade e ao final do exercício apontadas no Relatório de Gestão do Órgão. Vide relatório completo nos anexos.

8. Bens Móveis

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos bens móveis no Campus. Relacionando os valores a débito (entradas), a crédito (saídas), saldo do mês anterior e saldo do mês atual. Esse relatório é encaminhado mensalmente a Coordenação de Patrimônio para análise e conciliação com o sistema de controle patrimonial.

O valor da conta depreciação de bens móveis 12.381.0100 não sofre alterações ao longo dos meses, pelo motivo que o sistema SUAP, em funcionamento no Instituto Federal da Paraíba, ainda não efetua os cálculos de depreciação de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Para que a depreciação seja lançada é necessária à emissão um relatório, por parte da Coordenação de Patrimônio, que contenha o valor da depreciação no mês, por conta contábil e de acordo com o PCASP – Plano de contas Aplicado ao Setor Público.

A falta dessa informação vem de encontro às boas práticas orientadas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por isso, devem ser registradas na Conformidade Contábil mensal da unidade e ao final do exercício apontadas no Relatório de Gestão do Órgão. Vide relatório completo nos anexos

9. Material de Consumo

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos materiais de almoxarifado no Campus João Pessoa, relacionando os valores a débito (entradas), a crédito (saídas), saldo do mês anterior e saldo do mês atual.

O sistema SUAP não emite relatório de saídas de materiais por consumo, dessa forma, a Coordenação de Contabilidade elaborou um formulário para que, mensalmente, a Coordenação de Almoxarifado passe a informar os valores referentes às saídas por consumo na instituição. O atraso ou a falta dessa informação, pela Coordenação do Almoxarifado, gera restrição contábil e deve ser informada pelo Contador, na Conformidade Contábil mensal da UG. Vide relatório completo nos anexos.

10. Avaliação dos Restos a Pagar

Ao final de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas (Despesas empenhadas a Liquidar) serão inscritas em restos a pagar. Os restos a pagar se classificam em dois tipos: *os processados* e *os não processados*. Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Abaixo relacionamos, respectivamente os artigos 36 da Lei 4.320/64 e o artigo 35 do Decreto 93.872/86 que fazem referência a inscrição, utilização e impactos dos restos a pagar.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

“Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.”

“Art. 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;

II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.”

Já o artigo 27, do Decreto 93.872/86, deixa claro que se deve evitar a “fabricação de restos a pagar”, que são aqueles empenhos superestimados que ultrapassaram o exercício.

“Art. 27. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.”

Por sua vez o TCU – Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos TCU – 2659/2009, 775-2012, e mais recente no Acórdão 1338/2014 – TCU, adverte para a inscrição em restos a pagar não processados sem a observância das exceções previstas artigo 35 do Decreto 93.872/86.

Neste último, o Acórdão 1338/2014 – TCU, também traz recomendações quanto as exigências como a declaração do Contador e maiores cuidados com inscrições em RAP são algumas dentre várias mudanças que vieram com a nova contabilidade pública. Uma outra mudança, também, de suma importância, será o reconhecimento dos passivos e a exigência de dotações orçamentárias para passivos contingentes.

Como é sabido, o orçamento é uma peça anual, onde se fixa as despesas e se prevê as receitas para um determinado exercício. Com a previsão das receitas, a União terá que no exercício em curso, arrecadar as receitas que serão necessárias para o cumprimento das despesas que foram fixadas para o exercício. Então, a passagem de despesas inscritas em RAP – Restos a pagar, de um exercício para o outro, impacta diretamente no fluxo de caixa da instituição, visto que os recursos financeiros arrecadados e que serão repassados as unidades gestoras, deverão ser suficientes para pagar as despesas do exercício e as despesas de inscritas em RAP. O efeito é como se existisse um “orçamento paralelo”.

Na prática, se todos os fornecedores resolvessem entregar tudo que está empenhado a liquidar (RAP + Despesas empenhadas a liquidar), a instituição não teria caixa, recursos financeiros, suficientes para arcar com os compromissos de curto prazo, isso implica dizer que o ente não teria liquidez em curto prazo. A prática de “exagerar” nos restos a pagar é criticada pelos órgãos de controle.

Baseado na exposição legal, e visando minimizar os impactos causados no fluxo financeiro da instituição, traremos nesse relatório um acompanhamento da execução dos restos a pagar e um acompanhamento mais próximo, das despesas empenhadas a liquidar, que poderão ser inscritas em restos a pagar caso não seja prestado o serviço ou recebido o material.

Esse acompanhamento é preventivo e visa apenas, apresentar para o Gestor uma visão pontual da execução orçamentária da instituição, fornecendo informações para a tomada de decisões.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

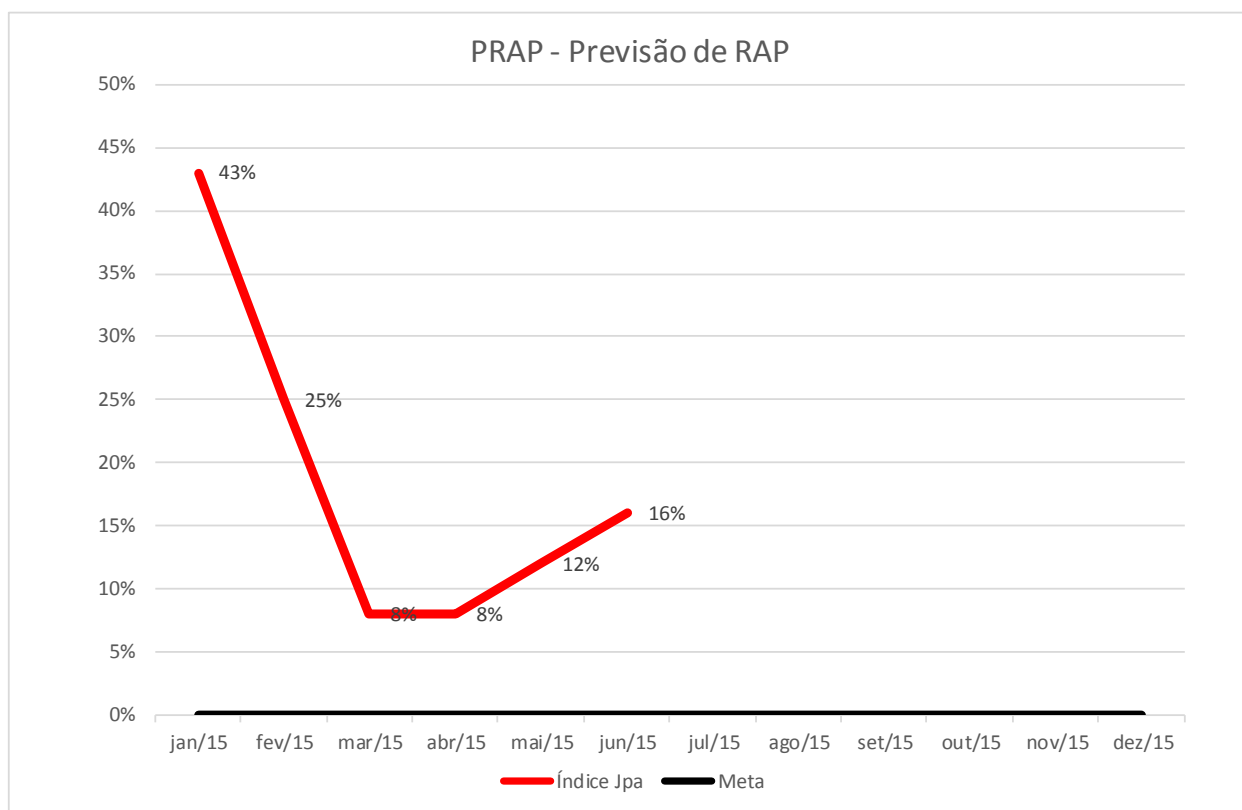
Para facilitar a interpretação dos dados, a Coordenação de Contabilidade desenvolveu 3 (três) indicadores para acompanhar a gestão dos Restos a Pagar no Camus João Pessoa. Os indicadores são do tipo *Quanto Maior Pior*.

a) Previsão de Restos a Pagar:

Fórmula:
$$= \frac{\text{Despesas empenhas a Liquidar}}{\text{Provisão Recebida}}$$

Representa o percentual do orçamento do exercício, que está empenhado a liquidar, com relação ao orçamento anual recebido, que poderá virar restos a pagar, pela falta da entrega do material ou pela falta da prestação do serviço.

Estabelecemos como meta para esse indicador o valor 0% (zero), para que possamos perseguir o que regulamenta o artigo 35 do Decreto 93.872/86.



Podemos observar que **16%** de tudo que está empenhado poderá se transformar em restos a pagar ao final do exercício, se os bens, materiais ou serviços não forem entregues/fornecidos.

O valor apresentado considera todos os empenhos que estão a liquidar, em todas as ações e programas vigentes no Campus João Pessoa, estão inclusos nesse valor os empenhos de contratos continuados



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

(fornecimento de água, energia, segurança, limpeza e assistência estudantil). Se considerarmos apenas os empenhos de materiais e serviços avulsos, aqueles que são solicitados pelas unidades acadêmicas/administrativas e que foram incluídos nos PTA's (Programa de Trabalho) do exercício, esse percentual tende a aumentar.

b) Comprometimento do Recurso Financeiro

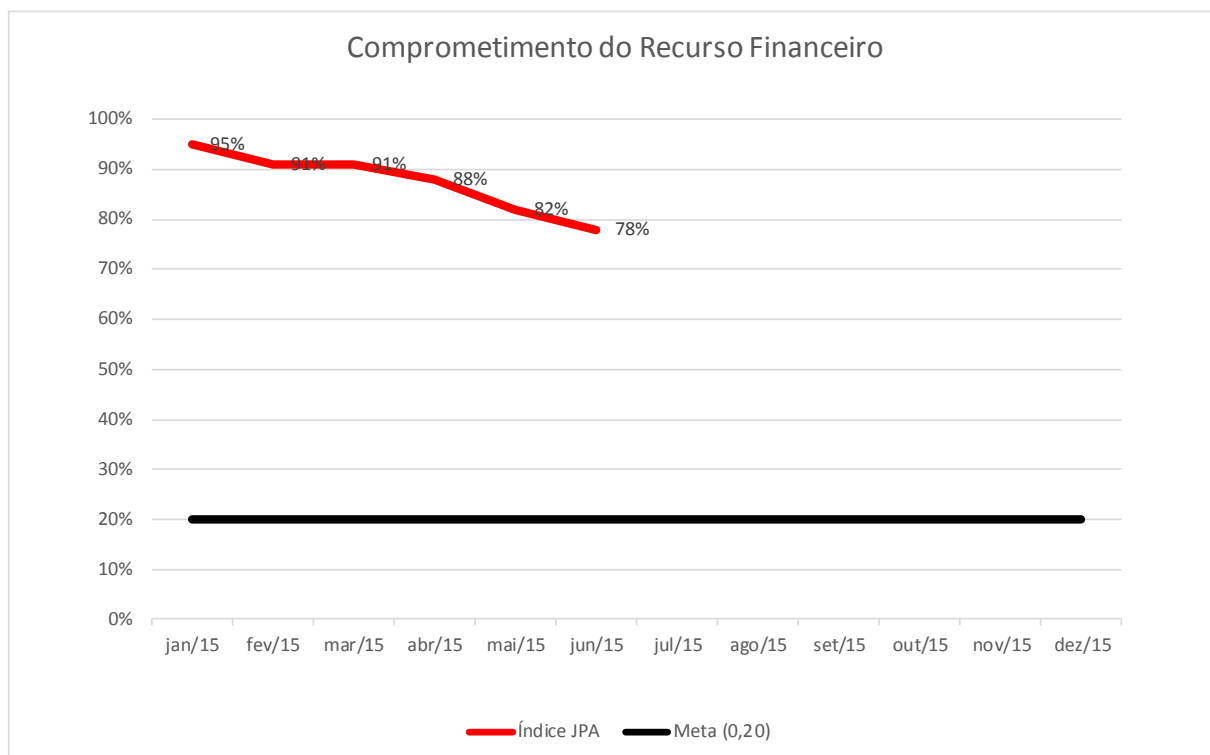
$$\text{Fórmula:} = \frac{\text{Restos a Pagar}}{\text{Restos a Pagar} + \text{Empenhos a Liquidar}}$$

Representa o percentual de restos a pagar sobre tudo o que se tem a pagar no exercício.

Para se ter um parâmetro, estabelecemos como meta a ser perseguida um percentual de 20% e sugerimos à Gestão que elaborasse um plano de ação visando reduzir o saldo de restos a pagar, principalmente os que estão em desacordo com artigo 35 do Decreto 93.872/86.

No gráfico, observamos que aproximadamente **78%** de tudo que a instituição tem a pagar a curto prazo, refere-se a despesas de exercícios anteriores. Ou seja, dos recursos financeiros recebidos pelo campus a cada R\$1,00 recebido, R\$0,78 centavos estão destinados a pagamento de despesas de anos anteriores.

Para se ter um parâmetro, estabelecemos como meta a ser perseguida um percentual de 20% que será acompanhado por essa Coordenação. O acúmulo de Restos a Pagar, por muitas vezes, dar-se-á pela manutenção de empenhos referentes a solicitações efetuadas nos PTA's do exercício ou de anos anteriores. Isso acontece porque o interessado pelo produto ou serviço não acompanha o processo de aquisição junto ao fornecedor.





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

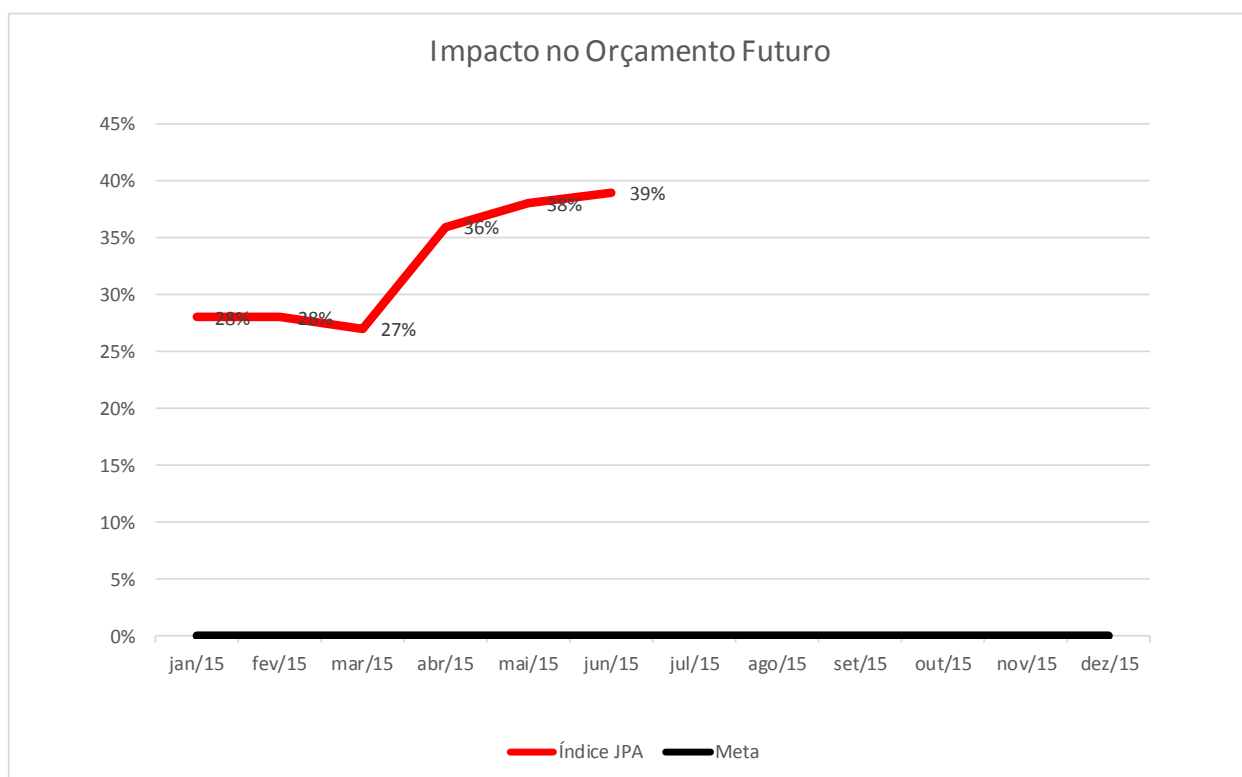
c) Impactos para o Orçamento de exercícios futuros

Fórmula:
$$= \frac{\text{Despesas empenhas a Liquidar} + \text{Restos a Pagar}}{\text{Orçamento do Exercício Seguinte}}$$

Representa o percentual de tudo que tem a pagar (restos a pagar e despesas empenhadas a liquidar) sobre o total do orçamento para o exercício seguinte. Demonstrando quanto do orçamento seguinte será comprometido com despesas de exercícios anteriores caso o exercício terminasse hoje.

O efeito do acúmulo de restos a pagar se transforma em uma “bola de neve”, trazendo impactos para mais de um exercício. No gráfico a seguir, podemos observar que do valor previsto para o exercício de 2017, **39% do fluxo financeiro já será comprometido com os restos a pagar.** (Orçamento estimado para o exercício de 2017)

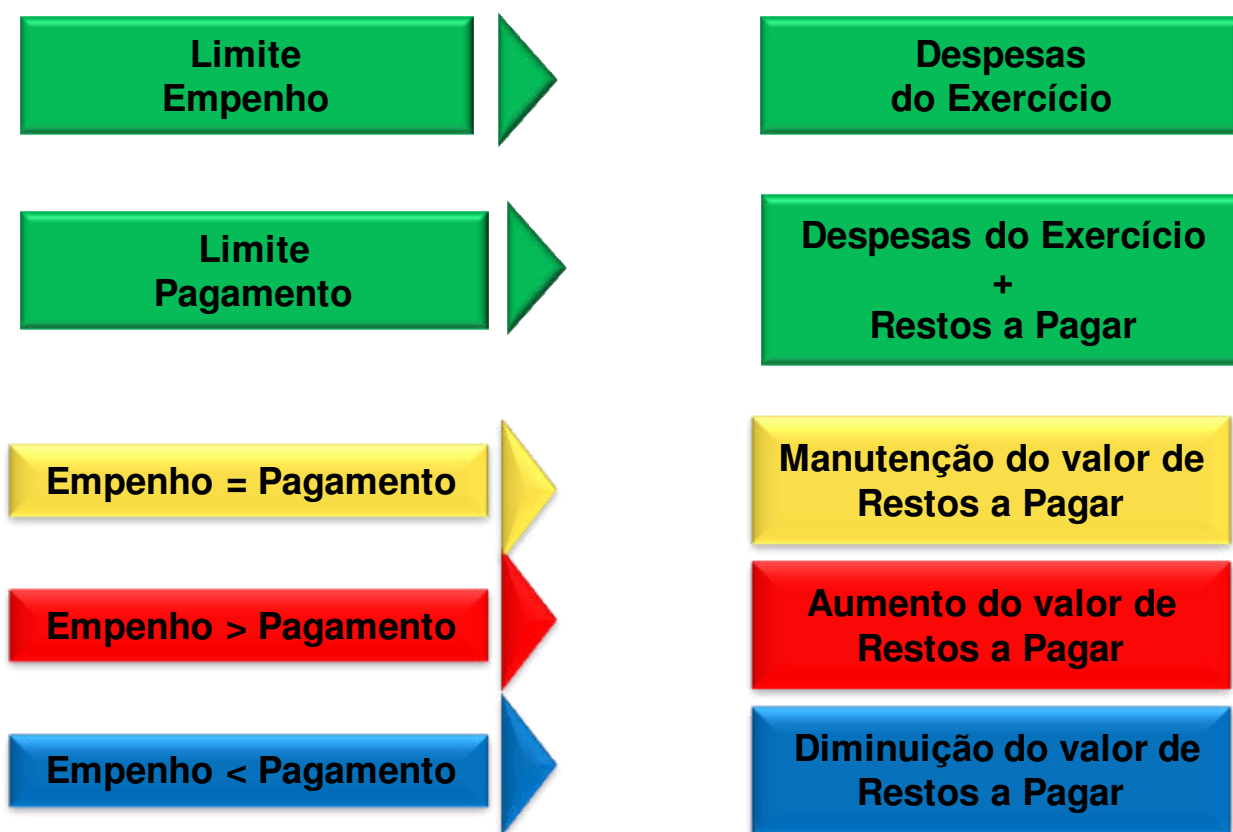
Para essa análise ainda não foi levado em consideração os cortes divulgados pelo Ministério da Educação, estamos aguardando a divulgação da nova matriz orçamentária para recalcular esse impacto.





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

A ilustração a seguir mostra através das cores (verde, amarelo, vermelho e azul) a relação ideal entre a situação financeira e a orçamentária em uma instituição pública. Sinalizando para o Gestor qual a forma mais prudente de se trabalhar com eficiência e eficácia.



11. Reconhecimento de Passivos

As obrigações deverão ser reconhecidas no momento do fato gerador. Assim, em atendimento ao Princípio da Competência constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n 750/93, à Lei Complementar 101/2000 (LRF) no inciso II, do art. 50, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo nos casos sem dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la.

O reconhecimento do passivo deverá ocorrer na Unidade Gestora responsável pela execução da despesa, independente de quem for o responsável pelo orçamento. Assim, mesmo que tenha ocorrido uma



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

descentralização de crédito, o responsável por reconhecer o passivo será a unidade em que efetivamente ocorreu a despesa.

Diante da fundamentação legal, a Coordenação da Contabilidade registrou os seguintes valores de passivos nesse primeiro semestre.

Objeto	Valor R\$
Registro de reconhecimento de passivos sem previsão orçamentária, referente às ações do programa PRONATEC no Campus João pessoa (Internos)	85.344,00
Registro de reconhecimento de passivos sem previsão orçamentária, referente às ações do programa PRONATEC no Campus João pessoa (Externos)	79.356,00
Registro de reconhecimento de passivos sem previsão orçamentária, referente às ações do programa PRONATEC no Campus João pessoa, encargos Patronais.	15.920,00
Total	180.620,00

12. Diárias

Apresentamos abaixo todos os gastos com diárias efetuados pelo Campus João Pessoa, até o encerramento do primeiro trimestre. Não entram nessa relação os valores devidos de diárias que ainda não foram pagos por falta de recursos financeiros. Os valores estão acumulados e estão inclusos os gastos com diárias nacionais, internacionais e gastos com colaboradores eventuais, e estão apresentadas por tipo de gasto.

Finalidade do Gasto	Valor R\$
CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	9.814,20
CONCESSAO DE DIARIAS PARA TECNICO-ADM.	7.186,07
CONCESSAO DE DIARIAS PARA DOCENTES	4.909,16
CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	3.003,85
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS TI	642,42
Total	25.555,70

13. Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “*Declaração do Contador*”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acórdão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP e retratando a realidade da instituição. Como por exemplo a efetiva aplicação do que está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes.



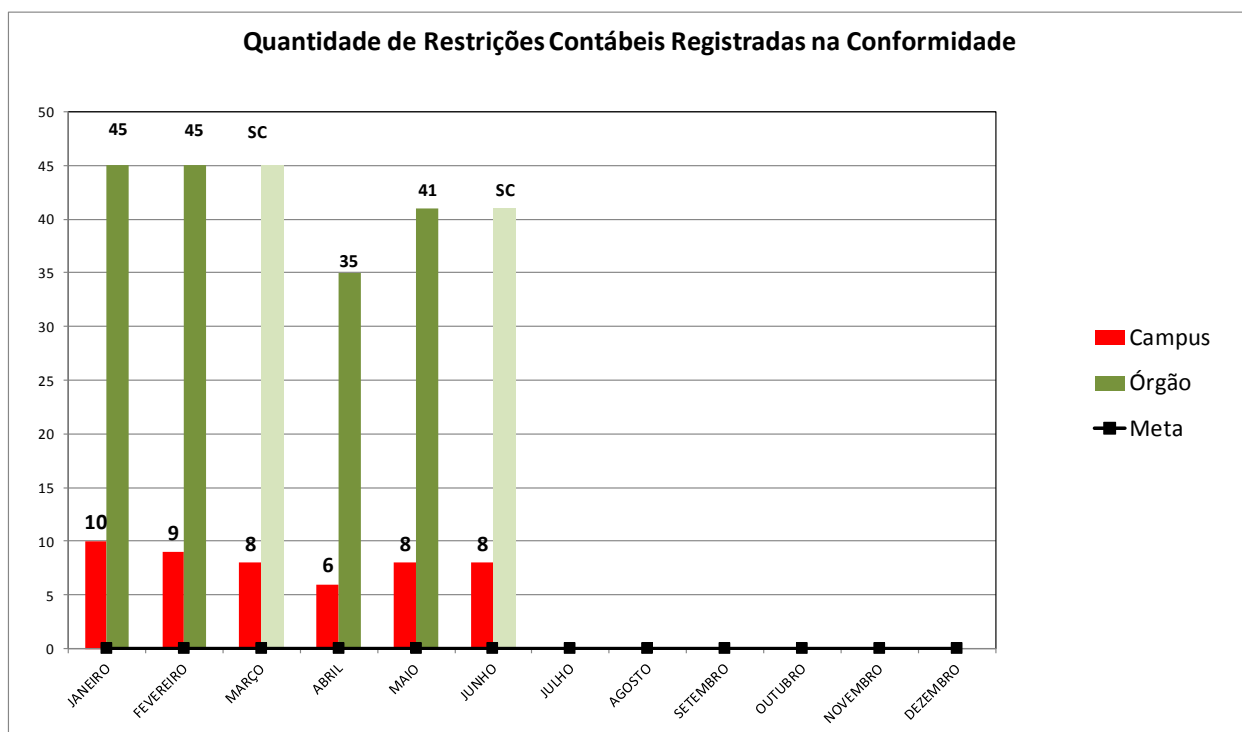
Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG's sob sua responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas, diante dessa responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas.

Nos gráficos abaixo podemos observar a relação de restrições contábeis ocorridas na unidade com relação ao total de restrições registradas pelo órgão. Ressaltamos que nos meses em que a conformidade contábil não foi registrada pelo órgão, atribuímos o valor do mês anterior e destacamos com a legenda (SC – *Sem conformidade*). A falta do registro contábil pelo órgão setorial gera uma restrição no órgão central, que deverá apontar o fato na conformidade daquele órgão.

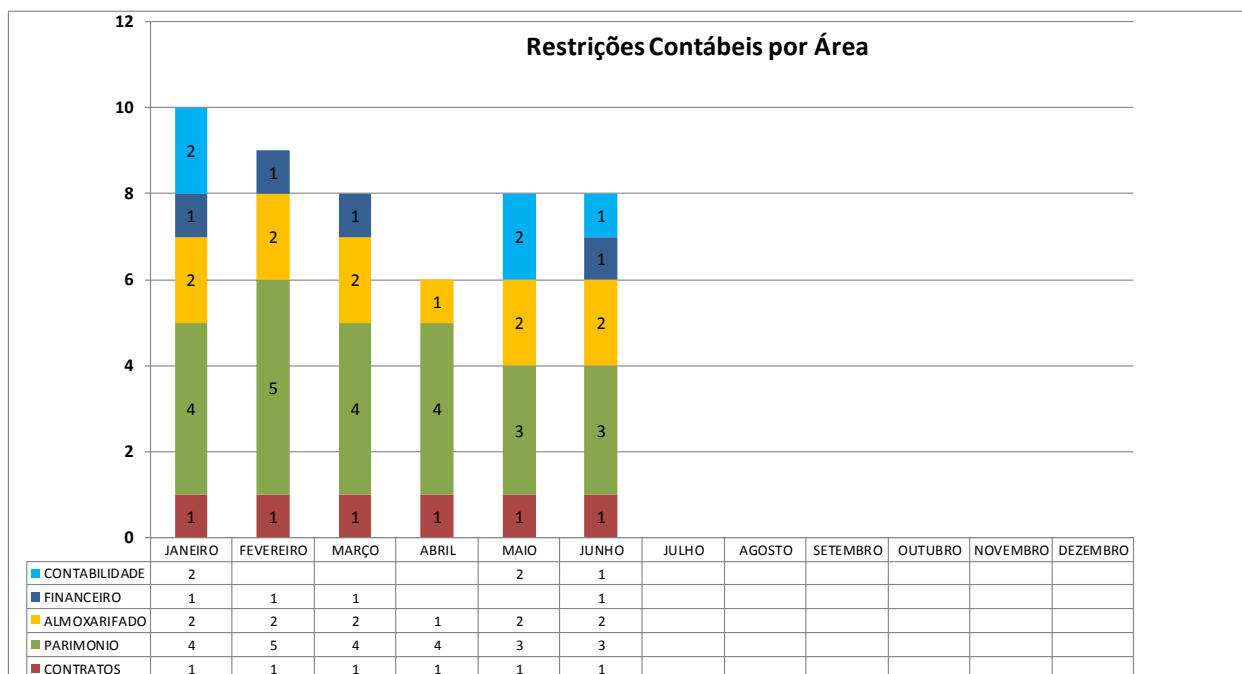
Gráfico : Quantidade de Restrições Contábeis registradas até o período.





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Gráfico : Restrições Contábeis por área



14. Conformidade de Gestão

Consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações. A Conformidade dos Registros de Gestão tem como finalidade verificar:

- a. Se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora Executora foram realizados em observância às normas vigentes; e
- b. A existência de documentação que suporte as operações registradas.

Para isso a Coordenação de Contabilidade elaborou um formulário que facilita e deixa transparente o trabalho do conformista de Gestão. Deixando de forma clara, no próprio processo os pontos de ressalvas e as ações que devem ser feitas para sanar as possíveis inconsistências contábeis. Conforme figura a seguir.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

Check list da Conformidade de Gestão

1. Considerando as orientações já repassadas às equipes da Coordenação de Execução Financeira;

Devolvemos o processo de número _____, sem apreciação da conformidade de gestão, por apresentar vícios de formalidade relacionados abaixo:

- ☐ Faltando documentos;
- ☐ Falta de assinatura na folha de ponto;
- ☐ Falta de assinatura do Supervisor;
- ☐ Falta de assinatura do Coordenador;
- ☐ Falta de identificação (nome legível /carimbo) do Servidor/ Bolsista;
- ☐ Falta a data e assinatura do ordenador de despesa;
- ☐ Falta a data e assinatura do ateste (a importância e a quem se devem pagar);
- ☐ Falta paginação no processo;
- ☐ A origem do objeto, a importância e a quem se deve pagar não estão coerentes;
- ☐ Falta assinatura da nota de empenho;
- ☐ Falta OB (Ordem Bancária) estar anexa ao processo.
- ☐ Os pagamentos/tributos estão em desacordo;
- ☐ Outros erros de formalidade/Obs:

2. Considerando que as correções devem ser efetuadas da forma mais breve possível, solicitamos que os vícios sejam sanados e o processo devolvido a CCONT, tudo conforme os artigos 61 a 63 da Lei 4.320/64 e suas alterações.

João Pessoa, ____/____/____

Contador Responsável
Conformistas de Gestão



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

15. Base Legal

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - Seção II - DOS ORÇAMENTOS, Artigos 165 a 169.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6º Edição.

MTO 2016 – Manual Técnico do Orçamento.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm (Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.3.1964, retificação no DOU de 9.4.64 - 5.5.64 e 3.6.64) Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm

Lei de Responsabilidade Fiscal - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm

Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 93.872, de 23 dezembro de 1986.

Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

Manual SIAFI WEB

O Manual SIAFI é um documento que registra, de forma estruturada e sistemática, as normas e procedimentos operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI, do ponto de vista do usuário.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

II. Anexos

A seguir estão relacionadas às planilhas, gráficos e demais anexos que compõem este relatório, organizados na seguinte ordem:

1. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação e Plano Interno.
2. Despesas Empenhadas, Liquidadas a Pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa
3. Bens Imóveis
4. Contratos
5. Bens Móveis
6. Material de Consumo
7. Conformidade Contábil

1. Despesas Empenhadas, Liquidadas a pagar e Pagas por Ação e PI

Páginas:

Ação Governo: 20RL:FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO

Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
ABASTEC. E LUBRIFI. VEICULOS	183.477,75	0,00	6.091,08
AQUIS MAT DE CONSUMO MANUT BENS IMOVEIS	49.597,02	2.071,90	
AQUIS. MAT. CONSUMO UND. ACADEMICAS	1.640,00		
BOLSA DE EXTENSAO PARA ESTUDANTES	34.425,00	18.800,00	400,00
BOLSA DE EXTENSAO PARA SERVIDORES	57.948,55	27.000,00	
BOLSA MESTRADO PARA ESTUDANTES	9.000,00	0,00	9.000,00
BOLSA PESQUISA P ESTUDANTES	3.500,00	3.500,00	
CONCESSAO DE AJUDA DE CUSTO P ESTUDANTES	8.907,80	0,00	8.907,80
CONCESSAO DE DIARIAS PARA DOCENTES	10.000,00	1.181,76	2.543,23
CONCESSAO DE DIARIAS PARA TECNICO-ADM.	9.357,58	147,16	2.148,34
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS	61.834,94	56.075,61	135,33
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS TI	642,42	0,00	642,42
DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	8.000,00	0,00	8.000,00
DESPESAS OUTRAS NAT. INDENIZACOES	5.153,48	1.486,94	3.666,54
FORNECIMENTO AGUA E DESTIN. DE ESGOTO	20.000,00	0,00	12.597,62
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	179.127,20	0,00	179.127,20
LOCACAO DE MAO DE OBRA - MOTORISTAS	39.318,00	0,00	18.366,54
LOCACAO MAO-DE-OBRA LIMPEZA E CONSERVACAO	188.468,02	0,00	94.234,01
LOCACAO MAO-DE-OBRA P. ATIVIDADES ADMINISTRAT	258.687,80	0,00	258.687,80
MANUT.E CONSERV. EQUIP. E MAT. PERMANENTE	51.825,90	7.206,80	122,72
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	42.750,89	32.500,00	10.250,12
MAT. DE CONSUMO MANUTENCAO VEICULOS	14.000,00		
RECOLHIM. TAXA, LICENC., BOMB. VEICULOS	5.267,21	0,00	5.267,21
RECOLHIMENTO DO INSS - PATRONAL	2.000,00	604,00	338,80
REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	11.400,00	6.354,17	3.016,51
SERVICOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA	1.000,48		
SERVICOS DE TELEFONIA	12.334,39	0,00	3.422,06
SERVICOS EVENTOS ADMINISTRATIVOS E ACADEMICOS	3.090,00		
SERVICOS PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	9.000,00		
SERVICOS POSTAGEM DE CORRESPONDENCIAS	4.000,00	0,00	2.252,57
SERVICOS PUBLICACAO ATOS INSTITUCIONAIS	4.000,00	0,00	225,66
Total	1.289.754,43	156.928,34	629.443,56

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Ação Governo: 2994:ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
Mês Lançamento: MAR/2016
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	208.609,92	0,00	10.349,92
AUXILIO ALIMENTACAO	768.126,00	260.925,00	507.201,00
AUXILIO MORADIA	174.652,00	43.785,00	121.124,92
AUXILIO TRANSPORTE	281.766,00	102.781,00	178.985,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	10.000,00	0,00	4.187,50
BOLSA DE MONITORIA	57.400,00	9.400,00	
BOLSA DO PROEJA	59.074,00	24.074,00	34.269,00
Total	1.559.627,92	440.965,00	856.117,34

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Ação Governo: 4572:CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
Mês Lançamento: MAR/2016
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
BOLSA DE DOUTORADO PARA SERVIDORES	25.637,76	6.409,44	
CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	5.000,00	1.217,60	1.786,25
CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	12.141,55	0,00	9.814,20
CONCESSAO DE PASSAGENS AEREAS PARA CAPACIT.	99.083,18	0,00	1.082,89
PAGAMENTO DE TAXAS ADM. AGENCIA VIAGEM	45,60		
Total	141.908,09	7.627,04	12.683,34

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Páginas:

Ação Governo: Total

Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Mês Lançamento: Total

UG Executora: Total

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
ABASTEC. E LUBRIFI. VEICULOS	183.477,75	0,00	6.091,08
AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES	208.609,92	0,00	10.349,92
AQUIS MAT DE CONSUMO MANUT BENS IMOVEIS	49.597,02	2.071,90	
AQUIS. MAT. CONSUMO UND. ACADEMICAS	1.640,00		
AUXILIO ALIMENTACAO	768.126,00	260.925,00	507.201,00
AUXILIO MORADIA	174.652,00	43.785,00	121.124,92
AUXILIO TRANSPORTE	281.766,00	102.781,00	178.985,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	10.000,00	0,00	4.187,50
BOLSA DE DOUTORADO PARA SERVIDORES	25.637,76	6.409,44	
BOLSA DE EXTENSAO PARA ESTUDANTES	34.425,00	18.800,00	400,00
BOLSA DE EXTENSAO PARA SERVIDORES	57.948,55	27.000,00	
BOLSA DE MONITORIA	57.400,00	9.400,00	
BOLSA DO PROEJA	59.074,00	24.074,00	34.269,00
BOLSA MESTRADO PARA ESTUDANTES	9.000,00	0,00	9.000,00
BOLSA PESQUISA P ESTUDANTES	3.500,00	3.500,00	
CONCESSAO DE AJUDA DE CUSTO P ESTUDANTES	8.907,80	0,00	8.907,80
CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	5.000,00	1.217,60	1.786,25
CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	12.141,55	0,00	9.814,20
CONCESSAO DE DIARIAS PARA DOCENTES	10.000,00	1.181,76	2.543,23
CONCESSAO DE DIARIAS PARA TECNICO-ADM.	9.357,58	147,16	2.148,34
CONCESSAO DE PASSAGENS AEREAS PARA CAPACIT.	99.083,18	0,00	1.082,89
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS	61.834,94	56.075,61	135,33
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS TI	642,42	0,00	642,42
DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	8.000,00	0,00	8.000,00
DESPESAS OUTRAS NAT. INDENIZACOES	5.153,48	1.486,94	3.666,54
FORNECIMENTO AGUA E DESTIN. DE ESGOTO	20.000,00	0,00	12.597,62
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	179.127,20	0,00	179.127,20
LOCACAO DE MAO DE OBRA - MOTORISTAS	39.318,00	0,00	18.366,54
LOCACAO MAO-DE-OBRA LIMPEZA E CONSERVACAO	188.468,02	0,00	94.234,01
LOCACAO MAO-DE-OBRA P. ATIVIDADES ADMINISTRAT	258.687,80	0,00	258.687,80
MANUT.E CONSERV. EQUIP. E MAT. PERMANENTE	51.825,90	7.206,80	122,72
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	42.750,89	32.500,00	10.250,12
MAT. DE CONSUMO MANUTENCAO VEICULOS	14.000,00		
PAGAMENTO DE TAXAS ADM. AGENCIA VIAGEM	45,60		
RECOLHIM. TAXA, LICENC., BOMB. VEICULOS	5.267,21	0,00	5.267,21
RECOLHIMENTO DO INSS - PATRONAL	2.000,00	604,00	338,80
REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	11.400,00	6.354,17	3.016,51
SERVICOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA	1.000,48		
SERVICOS DE TELEFONIA	12.334,39	0,00	3.422,06
SERVICOS EVENTOS ADMINISTRATIVOS E ACADEMICOS	3.090,00		
SERVICOS PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	9.000,00		
SERVICOS POSTAGEM DE CORRESPONDENCIAS	4.000,00	0,00	2.252,57
SERVICOS PUBLICACAO ATOS INSTITUCIONAIS	4.000,00	0,00	225,66
Total	2.991.290,44	605.520,38	1.498.244,24

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

2. Despesas Empenhadas, Liquidas a pagar e Pagas por Ação e Natureza de Despesa

Páginas:
Mês Lançamento: MAR/2016
Ação Governo: 20RL-FUNIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	55.832,80	18.307,80	22.300,00
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	57.948,55		27.000,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	551,45		551,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	5.333,99	1.328,92
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.153,48	3.666,54	1.486,94
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	486.473,82	371.288,35	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	234.714,77	5.000,00	2.071,90
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.766,70	5.322,54	55.444,16
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	338,80	604,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.090,00		
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	359.222,86	219.959,88	46.140,97
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.000,00	225,66	0,00
Total		1.289.754,43	629.443,56	156.928,34

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

Páginas:
Mês Lançamento: MAR/2016
Ação Governo: 2994-ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOG
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.559.627,92	856.117,34	440.965,00
Total		1.559.627,92	856.117,34	440.965,00

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

Páginas:
Mês Lançamento: MAR/2016
Ação Governo: 4572-CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	17.141,55	11.600,45	1.217,60
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	25.637,76		6.409,44
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	45,60		
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	99.083,18	1.082,89	0,00
Total		141.908,09	12.683,34	7.627,04

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.615.460,72	874.425,14	463.265,00
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	57.948,55		27.000,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	551,45		551,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	37.141,55	16.934,44	2.546,52
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.153,48	3.666,54	1.486,94
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	486.473,82	371.288,35	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	234.714,77	5.000,00	2.071,90
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.766,70	5.322,54	55.444,16
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	338,80	604,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	28.727,76		6.409,44
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	359.268,46	219.959,88	46.140,97
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.000,00	225,66	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	99.083,18	1.082,89	0,00
Total		2.991.290,44	1.498.244,24	605.520,38

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.615.460,72	874.425,14	463.265,00
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	57.948,55		27.000,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	551,45		551,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	37.141,55	16.934,44	2.546,52
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.153,48	3.666,54	1.486,94
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	486.473,82	371.288,35	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	234.714,77	5.000,00	2.071,90
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.766,70	5.322,54	55.444,16
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	338,80	604,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	28.727,76		6.409,44
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	359.268,46	219.959,88	46.140,97
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.000,00	225,66	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	99.083,18	1.082,89	0,00
Total		2.991.290,44	1.498.244,24	605.520,38

Impresso: 11/4/2016
Usuário: KLEBER

3. Bens Imóveis

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Conta Corrente	Saldo Anterior - R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210107	2051000545002	53.121.549,22			53.121.549,22
		Total	53.121.549,22	0,00	0,00	53.121.549,22
= EDIFICIOS	123210202	999	227.048,18	0,00	227.048,18	0,00
		IM0032010	245.451,80	0,00	245.451,80	0,00
		IM0902008	233.844,54	0,00	233.844,54	0,00
		Total	706.344,52	0,00	706.344,52	0,00
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210207	999	131.405,32	0,00	131.405,32	0,00
		Total	131.405,32	0,00	131.405,32	0,00
= OBRAS EM ANDAMENTO	123210601	999	462.643,17	0,00	3.197,68	459.445,49
		IM0022006	115.786,73	0,00	115.786,73	0,00
		IM0022008	538.258,02	1.076.516,04	1.614.774,06	0,00
		IM0032008	12.976,03	0,00	12.976,03	0,00
		IM0132008	32.412,46	0,00	0,00	32.412,46
		IM0452009	4.740.270,72	0,00	4.740.270,72	0,00
		IM0462010	710.620,20	0,00	710.620,20	0,00
		IM0472009	6.156.443,99	0,00	6.156.443,99	0,00
		IM0602009	7.734,93	0,00	7.734,93	0,00
		IM0642009	1.294.751,75			1.294.751,75
		IM0682009	1.241.041,49			1.241.041,49
		IM0782007	74.002,45	0,00	74.002,45	0,00
		IM1162009	3.120,52	0,00	3.120,52	0,00
		IM2732009	2.186,10			2.186,10
		IM6912007	4.019,70	0,00	4.019,70	0,00
		IMIFPB001	648.112,14			648.112,14
		IMIFPB002	237.063,79			237.063,79
		Total	16.281.444,19	1.076.516,04	13.442.947,01	3.915.013,22
= ESTUDOS E PROJETOS	123210605	999	605.366,36			605.366,36
		Total	605.366,36	0,00	0,00	605.366,36
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	123810200	123210107	(162.755,77)	0,00	108,38	(162.864,15)
		Total	(162.755,77)	0,00	108,38	(162.864,15)
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	461110200	SEM INFORMACAO	12.227.158,47			12.227.158,47
		Total	12.227.158,47	0,00	0,00	12.227.158,47
= CONTROLE REGISTRO SPIUNET A RATIFICAR	899912401	2051000545002	12.227.158,47	12.227.158,47	0,00	0,00
		Total	12.227.158,47	12.227.158,47	0,00	0,00
Total			95.137.670,78	13.303.674,51	14.280.805,23	69.706.223,12

IFPB - Instituto Federal da Paraíba
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DOF - Departamento de Orçamento e Finanças

4. Conta Contratos

Conta Contábil		= CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	= CONTRATOS DE SERVICOS EXECUTADOS	= CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	= CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	Total
		812310201	812310202	812310301	812310401	
Entidade CCor		Saldo Atual	Saldo Atual	Saldo Atual	Saldo Atual	Saldo Atual
07990965000118	AGAPE CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA	1.000.000,00				1.000.000,00
07395989000129	AGCLEAN LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E COMERCIO LTDA			66.589,56		66.589,56
00448994000103	CLASSIC VIAGENS E TURISMO - EIRELI - EPP	15.734,75				15.734,75
09648230000136	COMERCIAL BOTINO COMERCIO E DISTRIBUICAO DE LIVROS LTDA				200.000,00	200.000,00
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	44.746,64				44.746,64
34028316001932	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.178,22	2.252,57			4.430,79
03506307000157	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO DE CO	31.322,85			57.519,20	88.842,05
01976714000100	JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME	55.296,96			61.685,27	116.982,23
12209832000100	JETTA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA - EPP	286.081,42				286.081,42
11734088000191	JGS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	172.112,35				172.112,35
07442731000136	JMT SERVICOS DE LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA	6.782,68		39.789,38		46.572,06
09634753000123	LOTUS EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME			1.653.507,67		1.653.507,67
01832814000155	NORDIGAS NORDESTE REPRESENTAÇÕES DE GAS LTDA - EPP				7.266,00	7.266,00
05928203000166	OMEGATI COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	245.353,70		49.974,41		295.328,11
06982630000195	SALMOS COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS EIRELI - EPP			191.368,03		191.368,03
04285337000143	SERVLIMP SERVICOS AMBIENTAIS LTDA - EPP	72,00				72,00
09266128000176	SOS GAS LTDA - ME				1.390,72	1.390,72
33000118000179	TELEMAR NORTE LESTE S/A	192.038,95				192.038,95
00903429000199	WORLD TELECOM LTDA - EPP	725.521,92			286.310,40	1.011.832,32
Total		2.777.242,44	2.252,57	2.001.229,05	614.171,59	5.394.895,65

Impresso: 11/4/2016

Usuário: KLEBER

11/4/2016

5. Conta Bens Móveis

Páginas:

Mês Lançamento: MAR/2016

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Saldo Anterior R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$	Varição Mês Atual / Mês Anterior (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	123110101	3.716.398,72	29.285,00	0,00	3.745.683,72	0,79%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	123110102	461.867,88	0,00	68,58	461.799,30	-0,01%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	123110103	3.659.424,84	2.523,97	0,00	3.661.948,81	0,07%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	123110104	40.344,27	0,00	0,00	40.344,27	0,00%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	123110105	466.343,61	0,00	0,00	466.343,61	0,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	123110106	59.988,22	0,00	0,00	59.988,22	0,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	123110107	740.624,79	0,00	0,00	740.624,79	0,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	123110108	18.477,96	0,00	0,00	18.477,96	0,00%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	123110109	1.238.859,16	0,00	0,00	1.238.859,16	0,00%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	123110112	3.675,00	0,00	0,00	3.675,00	0,00%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	123110113	1.810,00	0,00	0,00	1.810,00	0,00%
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	123110120	5.183,74	15.480,07	0,00	20.663,81	298,63%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	123110121	43.988,23	0,00	0,00	43.988,23	0,00%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	123110125	1.306.196,62	0,00	0,00	1.306.196,62	0,00%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	123110201	8.597.466,29	317.168,00	3.862,49	8.910.771,80	3,64%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	123110301	1.154.594,40	16.235,00	0,00	1.170.829,40	1,41%
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	123110302	25.984,53	0,00	0,00	25.984,53	0,00%
MOBILIARIO EM GERAL	123110303	4.790.260,01	14.500,00	1.460,00	4.803.300,01	0,27%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	123110402	1.008.219,03	0,00	8.707,81	999.511,22	-0,86%
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	123110404	121.654,25	6.552,00	0,00	128.206,25	5,39%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	123110405	1.433.105,28	0,00	0,00	1.433.105,28	0,00%
VEICULOS EM GERAL	123110501	59.535,81	0,00	0,00	59.535,81	0,00%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	123110503	2.236.105,40	0,00	31.729,00	2.204.376,40	-1,42%
ARMAMENTOS	123110900	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00%
BENS MOVEIS EM TRANSITO	123119905	(8.707,81)	45.827,88	37.120,07	0,00	-100,00%
MATERIAL DE USO DURADOURO	123119910	261.443,17	0,00	0,00	261.443,17	0,00%
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	123810100	(469.912,01)	0,00	0,00	(469.912,01)	0,00%
Total		30.972.931,40	447.571,92	82.947,95	31.337.555,37	207,90%

Elaborado por: KLEBER

11/4/2016

6. Material de Consumo

Páginas:
Mês Lançamento: MAR/2016
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Conta Corrente	Saldo Anterior R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$	Varição Mês Atual / Mês Anterior (%)		
MATERIAIS DE CONSUMO EM TRANSITO	115511000	SEM INFORMACAO	0,00	8.577,25	7.131,33	1.445,92	-100,00%		
		Total	0,00	8.577,25	7.131,33	1.445,92	-100,00%		
= MATERIAIS DE CONSUMO	115610100	04	7.100,00			7.100,00	0,00%		
		07	4.210,31	0,00	404,40	3.805,91	-9,60%		
		09	5.014,66			5.014,66	0,00%		
		10	12.052,59	995,00	0,00	13.047,59	8,26%		
		11	7.737,07			7.737,07	0,00%		
		14	6.048,00			6.048,00	0,00%		
		15	0,00	2.490,00	0,00	2.490,00	-100,00%		
		16	184.100,64	2.594,00	937,80	185.756,84	0,90%		
		17	142.690,73	140,55	5.460,75	137.370,53	-3,73%		
		19	5.860,09			5.860,09	0,00%		
		20	2.060,01			2.060,01	0,00%		
		21	56.305,38	0,00	59,20	56.246,18	-0,11%		
		22	102.453,84	0,00	201,48	102.252,36	-0,20%		
		24	155.712,26	2.071,90	783,13	157.001,03	0,83%		
		25	8.207,88	0,00	0,00	8.207,88	0,00%		
		26	151.991,00	5.147,14	871,04	156.267,10	2,81%		
		28	8.293,84			8.293,84	0,00%		
		29	2.134,75			2.134,75	0,00%		
		30	350,00			350,00	0,00%		
		35	20.495,09			20.495,09	0,00%		
		36	932,02			932,02	0,00%		
		39	1.999,00	551,45	551,45	1.999,00	0,00%		
		41	700,00			700,00	0,00%		
		42	43.742,29			43.742,29	0,00%		
		43	2.067,60			2.067,60	0,00%		
		44	405,22			405,22	0,00%		
		46	295,00			295,00	0,00%		
		58	94,50			94,50	0,00%		
		63	600,00			600,00	0,00%		
				Total	933.653,77	13.990,04	9.269,25	938.374,56	-100,84%
		= GENEROS ALIMENTICIOS	115610200	07	5.104,37	1.684,80	714,10	6.075,07	19,02%
				Total	5.104,37	1.684,80	714,10	6.075,07	19,02%
		= AUTOPECAS	115610500	39	0,00			0,00	-100,00%
		Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%		
= MATERIAIS DE EXPEDIENTE	115610800	16	49,00	840,00	0,00	889,00	1714,29%		
		Total	49,00	840,00	0,00	889,00	1714,29%		
MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	115810100	SEM INFORMACAO		640,00	0,00	640,00	-100,00%		
		Total	0,00	640,00	0,00	640,00	-100,00%		
Total			938.807,14	25.732,09	17.114,68	947.424,55	1332,46%		

Elaborado por: KLEBER



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação da Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Referente à Conformidade Contábil do mês de Junho de 2016

Conformidade Contábil

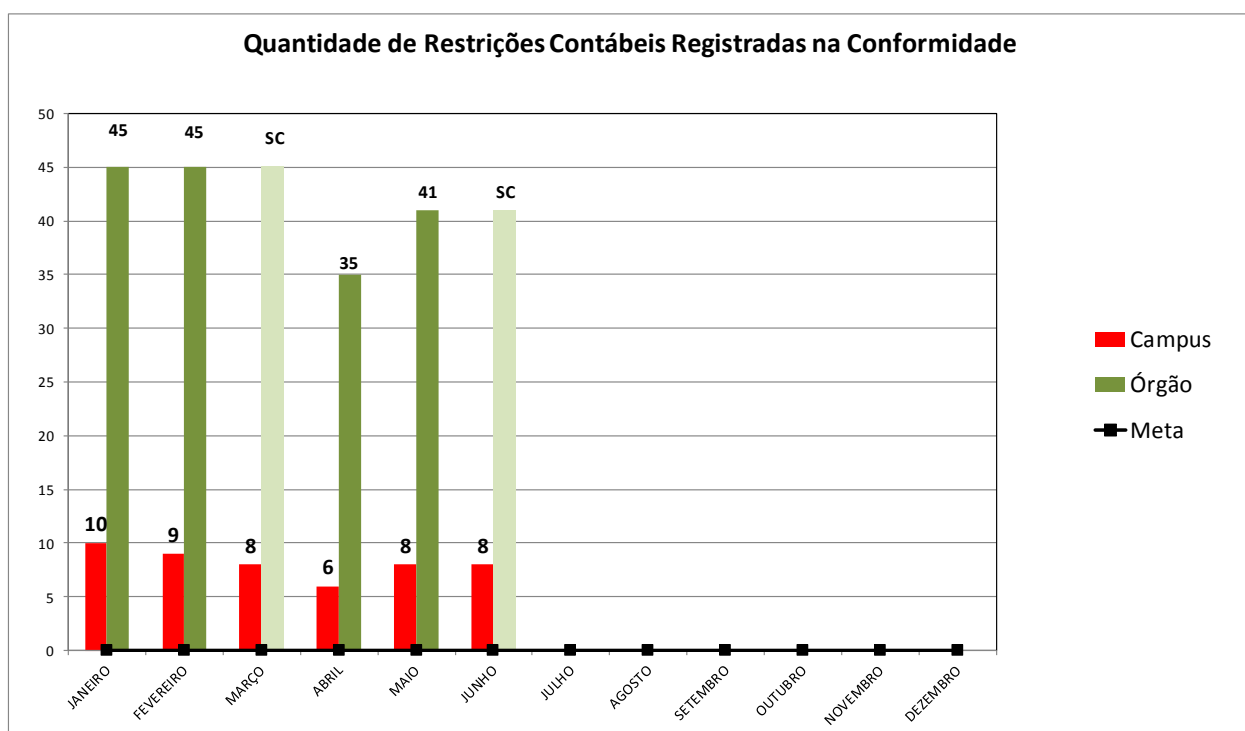
A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “*Declaração do Contador*”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acórdão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP e retratando a realidade da instituição e a efetiva aplicação do que está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG's sob sua responsabilidade a fim de acompanhar a solução das ocorrências junto às áreas envolvidas.

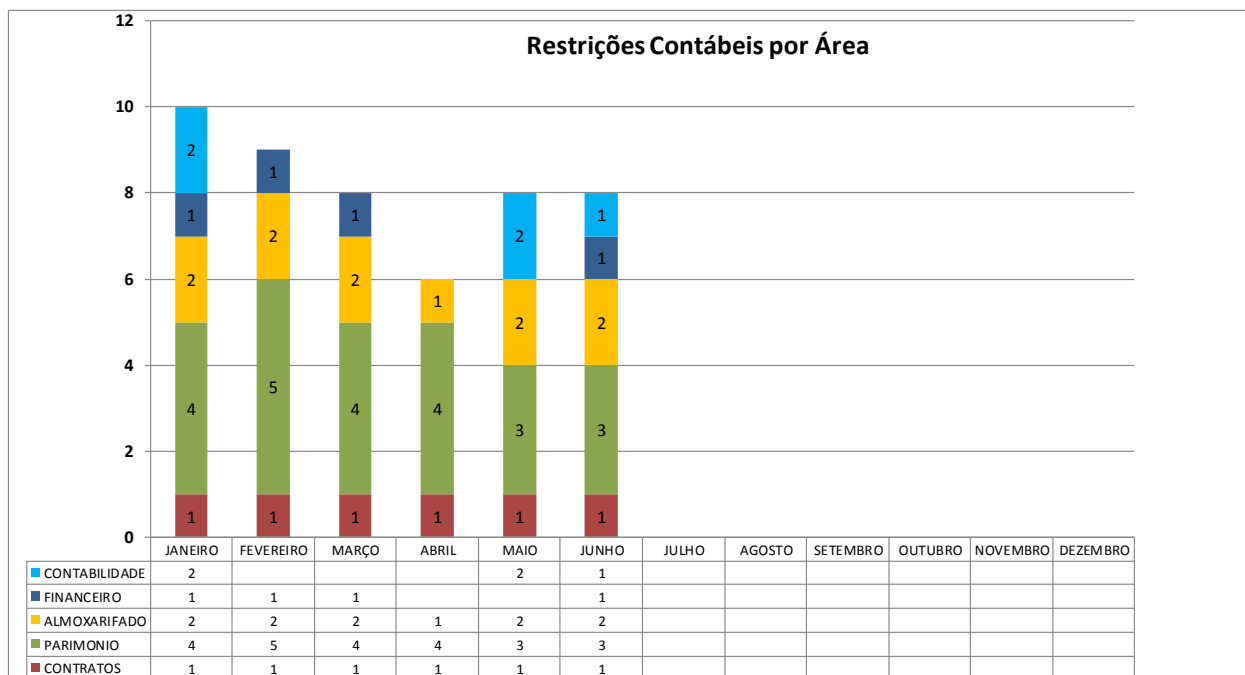
A Coordenação da Contabilidade trabalha para reduzir as restrições contábeis na unidade, para isso acompanha mensalmente a quantidade de restrições e as áreas envolvidas para a respectiva regularização.

Nos gráficos abaixo podemos observar a relação de restrições contábeis ocorridas na unidade com relação ao total de restrições registradas pelo órgão. Ressaltamos que nos meses em que a conformidade contábil não foi registrada pelo órgão, atribuímos o valor do mês anterior. A falta do registro contábil pelo órgão setorial gera uma restrição no órgão central, que deverá apontar o fato na conformidade daquele órgão.





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação de Contabilidade



RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
Descrição:	A incompatibilização entre o saldo contábil do almoxarifado e o do relatório mensal de almoxarifado (RMA) indica a existência de erros na apropriação de tais movimentos, comprometendo o adequado conhecimento do patrimônio.	
Justificativa da área:	A área não apresentou justificativas.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/ IMOV/ INTANG/ OUTROS	212
Descrição:	A falta de avaliação de bens moveis, imóveis, intangíveis e outros, para mais ou para menos, impossibilita o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio, além de conduzir a inobservância de procedimentos de conteúdo fiscal e legal, tendo em vista a existência de informações não confiáveis para a elaboração de relatórios gerenciais.	
Justificativa da área:	O SUAP está sendo preparado para receber as avaliações dos bens móveis, após isso será necessário a formação de comissão permanente de avaliação e reavaliação.	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	212



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – Campus João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

Descrição:	A incompatibilização entre o saldo contábil de bens move c/ o relatório de movimentação de bens moveis (RMB), indica a existência de erros na apropriação de tais movimentos, impedindo a adequada gestão patrimonial.	
Justificativa da área:	<i>As inconsistências entre os saldos contábeis e os saldos patrimoniais existe devido a problemas acontecidos no decorrer da adequação do sistema SUAP, que está sendo melhorado e essas inconsistências irão ser diminuídas de acordo com as ações da coordenação de patrimônio.</i>	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
642	FALTA/ EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.ATIVO. IMOBILIZADO.	212
Descrição:	A falta dos registros de depreciação de ativos permanentes impossibilita o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio, com reflexos negativos sobre o resultado do patrimônio, além de conduzir a inobservância de procedimentos de conteúdo fiscal e legal. A restrição acontecerá quando não houver o registro ou quando a evolução de um mês para outro não estiver condizente com o calculo acumulado no decorrer do exercício.	
Justificativa da área:	<i>A depreciação está sendo implantada no SUAP e será coloca em prática em breve, segundo informações da Reitoria.</i>	
RESTRIÇÃO	TITULO	GRUPO
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	270
Descrição:	A falta ou inconsistência no registro de contrato provoca distorções no saldo da conta, comprometendo o acompanhamento da execução dos contratos celebrados no âmbito da unidade gestora. Segundo o Art. 87 da Lei 4.320/64, haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.	
Justificativa da área:	<i>A área não apresentou justificativas.</i>	
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	112
Descrição:	Atraso ou o na o encaminhamento do relatório de movimentação de bens em estoque e de bens moveis a setorial de contabilidade. Impossibilita o correto registro da movimentação correspondente, trazendo reflexos negativos para o acompanhamento e o controle da gestão patrimonial, constituindo-se, portanto, em uma situação passível de ressalva contábil.	
Justificativa da área:	<i>A área não apresentou justificativas.</i>	
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	199
Descrição:	Ocorre quando a UG deixa de registrar a conformidade de Registros de Gestão em decorrência dos registros efetua dos pela própria unidade. Aplica-se também pela existência de restrição na conformidade de registros de gestão	
Justificativa da área:	<i>A conformidade foi realizada tempestivamente. Porém não houve restrições a ser apontada.</i>	



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Departamento de Orçamento e Finanças – *Campus* João Pessoa
Coordenação de Contabilidade

306	APROPRIAÇÃO DESPESAS FORA PERÍODO COMPETÊNCIA	162
	Demonstra a existência de valores apropriados após a ocorrência do fato gerador.	
Justificativa da área:	<i>Os valores se referem aos pagamentos dos passivos que foram devidamente registrados.</i>	

João Pessoa, 13 de julho de 2016.

Kleber C. Marques Neto
Contador 6732-PB